

**Demonstrações Financeiras da  
Controladora e Consolidado**

**Renosa Participações S.A.**

31 de dezembro de 2013 e 2012  
com Relatório dos Auditores Independentes

# RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais .....	3
Demonstrações do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9



**Edifício Iguatemi Center**  
Av. Washington Soares, 55, sala 508  
Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará,  
60811-341, Brasil  
Tel: (5585) 3392-5600  
Fax: (5585) 3392-5659  
www.ey.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Renosa Participações S.A.**  
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renosa Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Renosa Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza (CE), 28 de maio de 2014.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/O-6-S-MT

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping, fluid strokes, is positioned above the printed name of the signatory.

Carlos Santos Mota Filho  
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-MT

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	958	621	78.493	242.815
Aplicações financeiras		-	-	-	49.620
Contas a receber	7	-	-	224.572	93.711
Partes relacionadas	9	-	-	44.004	-
Estoques	10	-	-	261.329	62.959
Tributos a recuperar	11	119	66	270.120	51.675
Instrumento financeiro derivativo	19	-	-	340	-
Dividendos a receber	14	22.024	46.154	-	-
Despesas antecipadas	13	-	-	21.158	3.136
Outros ativos		-	1	56.511	10.590
		<b>23.101</b>	<b>46.842</b>	<b>956.527</b>	<b>514.506</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Títulos a receber	8	-	-	-	24.666
Aplicações financeiras		-	-	37.023	27.118
Conta vinculada	6	3.360	3.367	118.065	125.938
Partes relacionadas	9	-	-	287	-
Tributos a recuperar	11	22	20	109.083	17.821
Tributos diferidos	12	-	-	97.153	19.490
Instrumento financeiro derivativo	19	-	-	511	-
Depósitos judiciais	23	-	-	167.691	6.945
Despesas antecipadas	13	-	-	9.238	3.565
Investimentos	14	2.515.254	733.609	49.256	13.448
Imobilizado	15	-	-	1.379.271	485.198
Intangível	16	-	62.971	3.901.086	441.281
		<b>2.518.636</b>	<b>799.967</b>	<b>5.868.664</b>	<b>1.168.837</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.541.737</b>	<b>846.809</b>	<b>6.825.191</b>	<b>1.679.976</b>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		2.815	197	279.151	84.752
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	249.829	55.172
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	8.434	-
Subvenções governamentais	21	-	-	18.975	6.985
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	93.142	40.681
Obrigações com arrendamento mercantil	15	-	-	15.901	-
Obrigações tributárias	11	186	24	66.700	26.694
Tributos parcelados	22	-	-	2.055	2.244
Debêntures	18	-	-	69.335	5.955
Dividendos a pagar	25	38.766	46.773	56.071	46.773
Partes relacionadas	9	465	-	3.687	-
Outros passivos		-	-	46.411	7.710
Total do passivo circulante		42.232	46.994	909.691	276.966
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	362.159	98.308
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	3.795	-
Subvenções governamentais	21	-	-	38.524	20.023
Obrigações com arrendamento mercantil	15	-	-	45.780	-
Tributos parcelados	22	-	-	17.794	19.291
Obrigações com antigos acionistas	6	3.360	3.367	118.065	125.938
Debêntures	18	-	-	469.674	344.167
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	-	-	211.363	6.835
Partes relacionadas	9	-	8.000	-	-
Outras contas a pagar		-	-	23.023	-
Total do passivo não circulante		3.360	11.367	1.290.177	614.562
Patrimônio líquido	25				
Capital social		533.671	213.998	533.671	213.998
Reserva de capital		250.461	219.013	250.461	219.013
Reserva de lucros		1.712.013	355.437	1.712.013	355.437
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		2.496.145	788.448	2.496.145	788.448
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2.129.178	-
Total do patrimônio líquido		2.496.145	788.448	4.625.323	788.448
Total do passivo e patrimônio líquido		2.541.737	846.809	6.825.191	1.679.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstração do resultado  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Operações continuadas					
Receita líquida	26	-	-	2.579.868	1.194.892
Custo dos produtos vendidos		-	-	(1.586.930)	(674.820)
Lucro bruto		-	-	992.938	520.072
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	27	-	-	(310.143)	(28.569)
Gerais e administrativas	28	(3.895)	(1.848)	(329.021)	(270.736)
Resultado de equivalência patrimonial	14	166.862	193.654	1.945	3.191
Mais valia de investimentos	14	899.193	-	899.193	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(2)	(13)	2.306	(3.608)
Lucro operacional		1.062.158	191.793	1.257.218	220.350
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	327	398	32.421	28.225
Despesas financeiras	29	(68)	(104)	(127.428)	(65.435)
Variações monetárias e cambiais	29	-	-	(3.601)	(181)
		259	294	(98.608)	(37.391)
Lucro antes do imposto do imposto de renda e contribuição social		1.062.417	192.087	1.158.610	182.959
Impostos correntes	12	-	-	(27.429)	(30.836)
Impostos diferidos	12	-	-	4.099	(6.831)
Lucro líquido das operações continuadas		1.062.417	192.087	1.135.280	145.292
Operações descontinuadas	24	-	-	-	46.795
Lucro líquido do exercício		1.062.417	192.087	1.135.280	192.087
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	72.863	-
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora		1.062.417	192.087	1.062.417	192.087
Quantidade de ações no final do exercício – Em milhares		396.242	250.255		
Lucro líquido por lote de mil ações – Em reais		2,68	0,77		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstração do resultado abrangente  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Lucro líquido do exercício	<b>1.062.417</b>	192.087	<b>1.135.280</b>	192.087
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<b>1.062.417</b>	192.087	<b>1.135.280</b>	192.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Total	Participação de não controladores	Total	
			Legal	Reserva para investimentos	Reserva de lucros a realizar				Lucros acumulados
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>213.998</b>	<b>219.013</b>	<b>12.750</b>	<b>196.221</b>	-	-	<b>641.982</b>	<b>641.982</b>	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	192.087	<b>192.087</b>	-	<b>192.087</b>
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(45.621)	<b>(45.621)</b>	-	<b>(45.621)</b>
Constituição de reservas	-	-	9.604	136.862	-	(146.466)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>213.998</b>	<b>219.013</b>	<b>22.354</b>	<b>333.083</b>	-	-	<b>788.448</b>	-	<b>788.448</b>
Aumento de capital (Nota 25)	<b>319.673</b>	<b>31.448</b>	-	-	-	-	<b>351.121</b>	<b>682.114</b>	<b>1.033.235</b>
Dividendos pagos (Nota 25)	-	-	-	<b>(217.125)</b>	-	-	<b>(217.125)</b>	-	<b>(217.125)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	<b>1.062.417</b>	<b>1.062.417</b>	<b>72.863</b>	<b>1.135.280</b>
Ganho/perda com participação de não controladores (Nota 14.c):	-	-	-	-	-	<b>550.050</b>	<b>550.050</b>	<b>1.391.506</b>	<b>1.941.556</b>
Destinação do lucro (Nota 25):	-	-	-	-	<b>213.558</b>	<b>(252.324)</b>	<b>(38.766)</b>	<b>(17.305)</b>	<b>(56.071)</b>
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	<b>(1.360.143)</b>	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	<b>53.121</b>	<b>1.307.022</b>	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>533.671</b>	<b>250.461</b>	<b>75.475</b>	<b>1.422.980</b>	<b>213.558</b>	-	<b>2.496.145</b>	<b>2.129.178</b>	<b>4.625.323</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa  
31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.062.417	192.087	1.135.280	192.087
Ajustes para reconciliar o lucro líquido				
Depreciação e amortização	-	-	125.228	49.751
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	6.850	9.114
Resultado da equivalência patrimonial	(166.862)	(193.654)	(1.945)	(3.191)
Juros e variações monetárias	(325)	(385)	(27.067)	18.910
Provisão para contingências	-	-	(2.243)	(8.677)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	8.719	447
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(4.099)	6.831
Mais valia de investimentos	(899.193)	-	(899.193)	-
Provisão perdas de estoques	-	-	2.398	-
Ajuste a valor presente	-	-	(756)	-
	(3.963)	(1.952)	338.773	265.272
(Acréscimos) Decréscimos de ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(8.115)	(28.072)
Contas a receber de empresas associadas	-	-	(28.101)	-
Estoques	-	-	(46.356)	416
Impostos a recuperar	(54)	(36)	(8.319)	1.595
Depósitos judiciais	-	-	(44.889)	(3.587)
Outros ativos	-	-	13.745	3.947
Fornecedores	2.618	106	34.817	19.708
Obrigações tributárias, sociais e trabalhistas	161	23	(15.361)	9.671
Contas a pagar empresas associadas	(7.535)	(985)	(6.288)	-
Outros passivos	962	-	(2.077)	1.716
Instrumentos derivativos	-	-	10.413	-
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades operacionais	(7.811)	(2.844)	242.641	270.666
Fluxo de caixa líquido das operações descontinuadas	-	-	-	41.429
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	(239.506)	(53.777)
Dividendos recebidos	193.615	22.706	-	-
Investimentos em outras empresas	-	(894)	(1.551)	(958)
Títulos e valores mobiliários	-	1.343	(17.397)	(45.689)
Aquisição de controlada, caixa adquirido por constituição da Solar.BR	-	-	75.695	-
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	193.615	23.155	(182.759)	(100.424)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e debêntures	-	-	(168.537)	(53.916)
Captação de empréstimos e debêntures	-	-	331.106	10.940
Dividendos pagos	(185.467)	(19.964)	(386.248)	(19.964)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(525)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(185.467)	(19.964)	(224.204)	(62.940)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	337	347	(240.017)	148.731
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa				
No início do período	621	274	242.815	94.084
No final do período	958	621	78.493	242.815
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	337	347	(240.017)	148.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. (“Companhia” e “Controladora”) foi constituída em 11 de agosto de 2009, tendo como atividade preponderante de participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

Até 30 de junho de 2013, a Renosa Participações S.A. era controladora da Companhia Maranhense de Refrigerantes, Tocantins Refrigerantes Ltda e Crystal Águas do Nordeste Ltda.. e possuía participação minoritária indireta de 34% na Refrescos Guararapes Ltda.. Em 03 de julho de 2013, a Companhia efetuou aquisição de 56% do controle da Nordeste Refrigerantes S.A. e da Refrescos Guararapes Ltda., incluindo Sucovalle – Sucos e Concentrados do Valle Ltda. conforme descrito na Nota 4. Este controle foi adquirido via constituição da holding Solar.BR Participações S.A.

A Solar.BR Participações S.A. Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de março de 2013, tendo sede em Fortaleza, controladora desde 03 de julho de 2013 da Companhia Maranhense de Refrigerantes, Tocantins Refrigerantes Ltda, CAF - Crystal Águas do Nordeste Ltda., Nordeste Refrigerantes S/A, Norsa Refrigerantes Ltda. Refrescos Guararapes Ltda. e Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda. A empresa é responsável pela manufatura e distribuição dos produtos pertencentes a “*The Coca-Cola Company*”, bem como da revenda das bebidas produzidas pela Cervejaria Heineken e Leão Alimentos e Bebidas Ltda.. A área de atuação compreende todos os estados do Nordeste, além do Mato Grosso, e parte de Tocantins e Goiás.

A mencionada controlada tem como objetivo fortalecer a presença em sua área de atuação através de um plano de investimento voltado a massificar a execução de mercado, bem como incrementar a eficiência em toda sua cadeia produtiva. A Solar.Br Participações S.A.possui como acionistas a “*The Coca-Cola Company*” e a Renosa Participações S/A “Renosa Par”. Este conglomerado é um dos maiores fabricantes da Coca-Cola no Brasil, com um contingente de mais de 15.000 funcionários, 13 fábricas e 33 centros de distribuição.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem seis meses da controlada Companhia Maranhense de Refrigerantes e seis meses (julho a dezembro) do resultado das operações da Solar.BR Participações S.A.

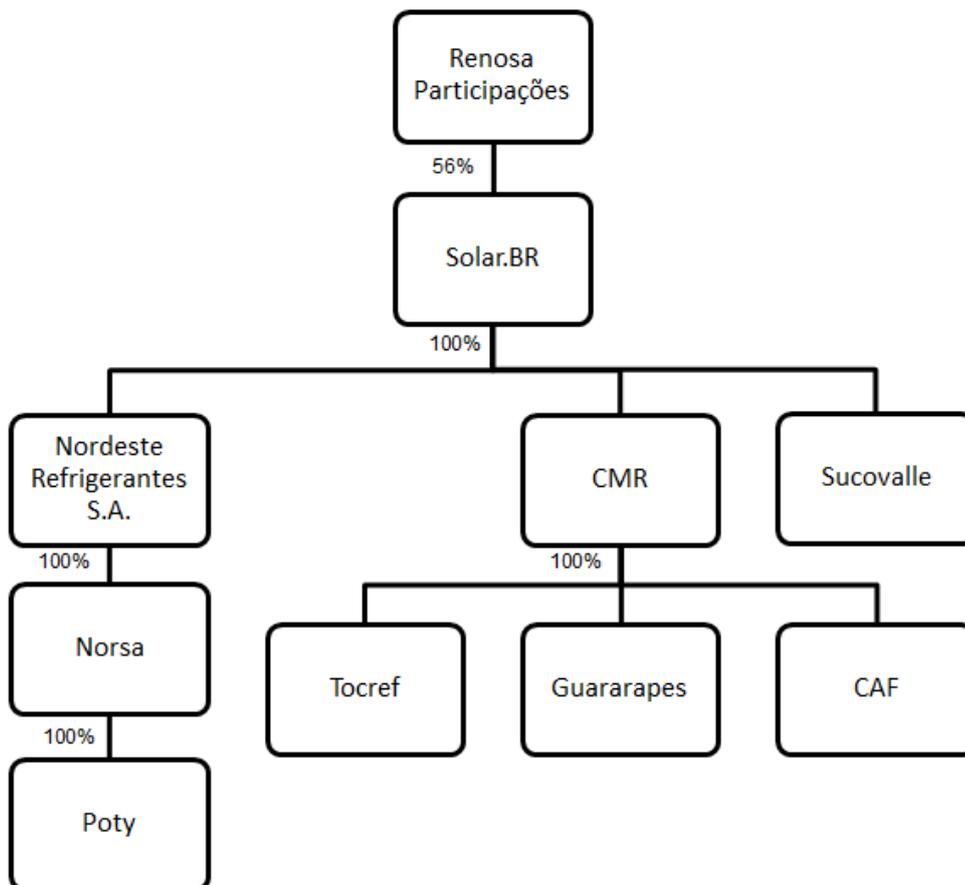
## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas - Continuação

#### a) Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos através de controladas diretas e indiretas conforme segue:



## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas - Continuação

#### a) Entidades controladas - Continuação

<b>Razão social</b>	<b>País sede</b>	<b>% de participação 31/12/2013</b>
Controlada direta: Solar.BR Participações S.A.	Brasil	56,0
Controladas indiretas (através da Solar.BR): Nordeste Refrigerantes S.A.	Brasil	56,0
Companhia Maranhense de Refrigerantes	Brasil	56,0
Sucovalle – Sucos e Concentrados do Valle Ltda.	Brasil	56,0
Norsa Refrigerantes Ltda.	Brasil	56,0
Poty Refrigerantes Ltda.	Brasil	56,0
Refrescos Guararapes Ltda.	Brasil	56,0
Tocantins Refrigerantes Ltda.	Brasil	56,0
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	Brasil	56,0

<b>Razão social</b>	<b>País sede</b>	<b>% de participação 31/12/2012</b>
Controlada direta: Companhia Maranhense de Refrigerantes	Brasil	100,0
Tocantins Refrigerantes Ltda.	Brasil	50,47
Controladas indiretas: CBA – Indústria e Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda.	Brasil	100,0
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	Brasil	100,0

Nordeste Refrigerantes S.A. - sociedade anônima de capital fechado que opera em forma de holding, e conduz suas operações em conjunto com sua controlada Norsa Refrigerantes Ltda. ("Norsa") e controlada indireta Poty Refrigerantes Ltda. ("Poty"), cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos Estados do Ceará, Rio grande do Norte, Piauí e Bahia.

Companhia Maranhense de Refrigerantes ("CMR") – sociedade anônima de capital fechado atuando como indústria e comércio de bebidas, notadamente refrigerantes e produtos conexos juntamente com sua controlada direta Refrescos Guararapes Ltda ("Guararapes" ou "Refrescos Guararapes"). É controladora direta da Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref") e Crystal Águas do Nordeste Ltda ("CAF"), atuando nos Estados de Maranhão, Mato Grosso, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, parte da Bahia, Tocantins e Goiás.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas - Continuação

#### a) Entidades controladas - Continuação

Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref") - sociedade tendo objetivo principal o comércio, logística e distribuição de produtos The Coca-Cola Company e de cervejas Kaiser, Sol, Heineken, Bavária e outras bebidas, tais como águas, sucos e congêneres, atuando nos Estados do Maranhão, Mato Grosso, Alagoas, Sergipe, parte da Bahia, Tocantins e Goiás .

Crystal Águas Nordeste Ltda ("CAF") - seu objeto principal é a fabricação de águas envasadas da marca Crystal Nordeste, atuando no Estado de Alagoas, Sergipe e parte da Bahia.

Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda. - sociedade por quotas de responsabilidade Ltda, cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos, atuando no Estado de Pernambuco.

Em Ata de Reunião dos Sócios (ARS) datada de 01 de setembro de 2013, foi aprovada a incorporação de todas as quotas representativas do capital social da CBA Indústria e Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda. pela Companhia Maranhense de Refrigerantes (CMR), passando esta a atuar como franqueada da The Coca-Cola Company (TCCC) também para o Estado de Alagoas.

Em Ata de Reunião dos Sócios (ARS) datada de 31 de julho de 2013, foi aprovada a incorporação de todas as quotas representativas do capital social da Real Indústria e Comércio de Bebidas Ltda. pela NRN Comércio de Bebidas Ltda. Nesta mesma data, a NRN Comércio de Bebidas Ltda. foi incorporada pela controlada Norsa Refrigerantes Ltda..

### 2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do período.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas Controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

#### 2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

#### 2.2 Combinação de negócio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.2 Combinação de negócio--Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Os investimentos da Companhia em suas controladas e coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa, mas sem deter o controle. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill), integrar o valor contábil do investimento nas controladas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.2 Combinação de negócio--Continuação**

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas.

#### **2.3 Investimentos**

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

#### **2.4. Classificação corrente versus não corrente**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- ii) for mantido principalmente para negociação;
- iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Um passivo é classificado no circulante quando:

- i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- ii) for mantido principalmente para negociação;
- iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.  
Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

#### 2.5 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

##### *Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### *Venda de produtos*

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.5 Conversão de moeda estrangeira--Continuação

##### *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### 2.6 Impostos

##### *Imposto de renda e contribuição social – correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

##### *Impostos diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido ativo e passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos e passivos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.6 Impostos – Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A Companhia, fruto dos incentivos fiscais, possui uma alíquota efetiva para os impostos correntes próxima de 15,25%. Com relação às diferenças temporárias, existe a dificuldade de precisar com exatidão a data de realização das mesmas, sendo assim, trabalha-se com uma expectativa que as mesmas se realizem após o prazo de concessão dos benefícios e, portanto, o imposto de renda diferido sobre as mesmas é constituído utilizando-se a alíquota de 34%.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

#### *Imposto sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

#### *Imposto sobre vendas--Continuação*

- Contas a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

#### *Impactos da Medida Provisória nº627*

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6 Impostos--Continuação**

A Companhia e suas controladas preparam um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397, convertida na Lei 12.973/2014 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na melhor interpretação do texto.

A Administração decidiu optar pela aplicação antecipada das disposições da Medida Provisória no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

#### **2.7 Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

#### **2.8 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data de sua contratação. Ocasão em que inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

As controladas possuem instrumentos financeiros derivativos vigentes e estão divulgados na Nota 19.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber de empresas ligadas.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis—Continuação

#### 2.8 Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, obrigações com arrendamento mercantil, subvenções governamentais e contas a pagar a empresas associadas.

Em 2012 e 2013, a Companhia não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### 2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas efetuaram o cálculo do ajuste a valor presente incidente sobre o saldo do passivo das subvenções governamentais.

#### 2.10 Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 15.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.11 Arrendamentos mercantis**

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que as controladas da Companhia obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

#### **2.12 Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.13 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.14 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

#### 2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

*Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis--Continuação

#### 2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

##### *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### 2.16 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que esteja sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### 2.17 Provisões

##### *Geral*

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis--Continuação**

#### **2.17 Provisões--Continuação**

##### *Programa de participação nos resultados*

A Administração da Companhia e suas controladas provisionaram a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

#### **2.18 Informações por segmento**

A Companhia atua no segmento de produção e comercialização de bebidas. As unidades operacionais da Companhia e suas Controladas em conjunto fazem parte de um único processo produtivo. Desta forma, conclui-se sobre a existência de uma única unidade geradora de caixa e conseqüentemente sobre a existência de um único segmento operacional.

#### **2.19 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013**

Diversas alterações se aplicam pela primeira vez em 2013. No entanto, não afetam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia.

#### **2.20 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda estão em vigor**

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto relevante nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos**

#### *Julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

#### *Estimativas e premissas*

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 20.

#### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 12.

#### *Valor justo de instrumentos financeiros*

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação**

#### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **4. Combinações de negócios**

#### *Aquisição de controle da Solar.BR Participações S.A.*

Conforme descrito na Nota 1, a Companhia a partir de julho de 2013 passou a ser controladora com 56% das ações com direito a voto da Solar.BR Participações S.A., que foi criada para ser a holding do novo grupo econômico surgido da união de três engarrafadoras da Coca-Cola no Brasil (Norsa Refrigerantes Ltda., Companhia Maranhense de Refrigerantes e Refrescos Guararapes Ltda, incluindo Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda.).

Para obtenção do controle da Solar.BR, ou seja, 56% das ações com direito a voto, a Companhia integralizou na Solar.BR seu investimento na CMR (100%), e suas participações não controladoras na Norsa (40%) e na Guararapes (34,34%). Desta forma, a Companhia cedeu aos novos não controladores da Solar.BR, 44% de participação na CMR, 40% da Norsa e 34,34% da Guararapes em troca de 56% de participação na Solar.BR, que é a soma destas três entidades conforme mencionado na Nota 1.

Como parte deste processo, foi identificada que a Renosa Participações S.A. seria a adquirente da Solar.BR. A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida com base na sua participação nos ativos líquidos identificados.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 4. Combinações de negócios--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Guararapes e Norsa na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Valor justo reconhecido na aquisição		
	Norsa	Guararapes	Total
<b>Ativos</b>			
Contas a receber	157.566	57.821	215.387
Estoques	96.396	80.285	176.681
Investimentos em joint venture	22.650	9.765	32.415
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.666	21.773	40.439
Outros ativos financeiros	260.327	230.749	491.076
Ativo fixo e outros intangíveis	543.551	307.977	851.528
Licenças	2.002.955	662.252	2.665.207
	<u>3.102.111</u>	<u>1.370.622</u>	<u>4.472.733</u>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	(98.165)	(71.811)	(169.976)
Provisão para contingências	(16.663)	(65.188)	(81.851)
Empréstimos e financiamentos	(426.270)	(53.101)	(479.371)
Outros passivos financeiros	(173.863)	(122.593)	(296.456)
	<u>(714.961)</u>	<u>(312.693)</u>	<u>(1.027.654)</u>
<b>Total dos ativos identificáveis líquidos</b>	<u>4.390.105</u>	<u>1.720.181</u>	<u>3.445.079</u>
Participação de não controladores (44%)			(1.515.835)
Ágio na aquisição			302.696
<b>Total da contraprestação</b>			<u><u>2.231.940</u></u>

#### Contraprestação transferida

	Valor justo
40% das ações da Norsa Refrigerantes Ltda.	954.860
34% das ações da Refrescos Guararapes Ltda.	359.696
44% das ações da Companhia Maranhense de Refrigerantes	829.708
Pagamento em dinheiro	87.676
<b>Total da contraprestação</b>	<u><u>2.231.940</u></u>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 4. Combinações de negócios--Continuação

Não há na contraprestação nenhum aspecto contingente.

O ágio pago de R\$ 302.696 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundo das sinergias decorrentes da aquisição. Não há expectativas de que o ágio gere benefícios fiscais futuros.

Considera-se como licença, o direito de exploração dos produtos da marca em uma determinada área geográfica. Não há valor identificável para a carteira de clientes e marcas visto que a licença "*The Coca-Cola Company*" engloba ambos os ativos e desta forma não podem ser separados.

Como método de avaliação deste ativo intangível, por não existir mercado ativo de compra e venda, foi utilizado múltiplos operacionais em operações recentes para determinar este montante.

O valor justo foi estimado aplicando o múltiplo de 8,5 vezes o EBITDA ("*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*") menos a dívida líquida na data da aquisição de controle. Até o término do período de mensuração de 12 meses, a Companhia irá utilizar outras metodologias para corroborar o critério utilizado como a projeção de fluxos de caixas descontados.

Desde a data da aquisição em 01 de julho de 2013, a Solar.BR contribuiu para as informações consolidadas da Companhia com receita líquida de R\$ 1.960.091 e lucro líquido de R\$ 165.597. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada da Companhia totalizaria R\$ 3.792.529, e o lucro líquido do exercício seria R\$ 1.255.330. Esses valores estimados foram determinados a partir da demonstração de resultado histórica das empresas adquiridas tomadas em conjunto, sem refletir efeitos baseados em estimativas e julgamentos sobre como as práticas e decisões operacionais da administração poderiam ou não ter afetado as demonstrações contábeis históricas em decorrência da transação. Assim, essas estimativas não contemplam todos os efeitos decorrentes da combinação de negócios e não devem ser lidas como uma projeção ou indicação dos resultados consolidados futuros da Companhia.

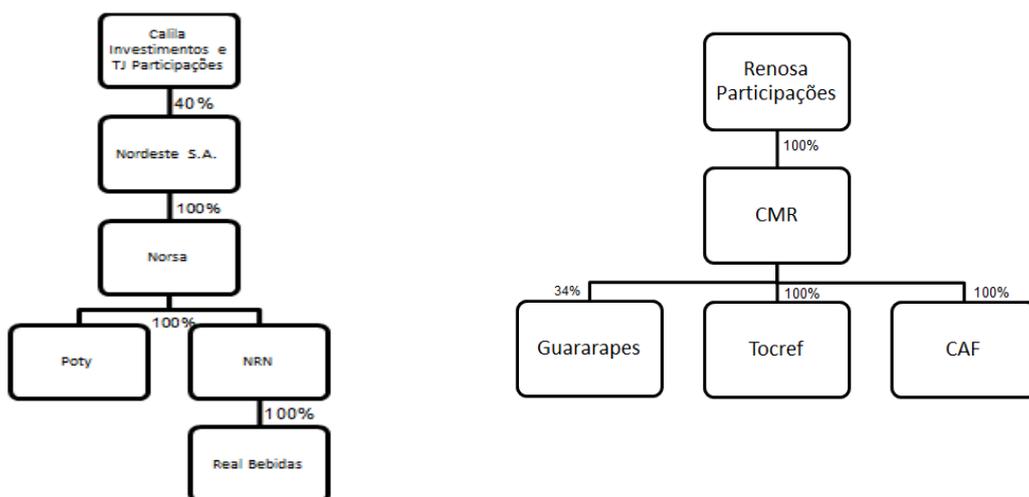
Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com advogados e consultores e foram incluídas na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 4. Combinações de negócios--Continuação

*Estruturas societárias antes da combinação de negócios*



*Estrutura societária após a combinação de negócios*

A estrutura societária após a combinação de negócios ficou conforme apresentado na Nota 1.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2011
Caixa e bancos	163	8	48.137	33.860
Aplicações financeiras	795	613	30.356	208.955
	<b>958</b>	621	<b>78.493</b>	242.815

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário, renda fixa e operações compromissadas. As operações classificadas no curto prazo são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data do balanço. Essas aplicações foram contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor

### 6. Conta vinculada

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários estão representadas por fundos DI, Certificados de Depósitos Bancário ("CDB"), renda fixa, operações compromissadas e fundo de ações. As operações classificadas no longo prazo são resgatáveis em prazo superior a 90 dias da data do balanço.

Em função das obrigações descritas nos contratos de empréstimos com instituições financeiras, dos compromissos referentes às operações de compra das empresas e reaquisição das ações da CMR, a Companhia realizou aplicações conforme quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fundo de investimento (i)	3.360	3.367	4.627	11.006
CDB e fundo de investimento (ii)	-	-	113.438	114.932
	<b>3.360</b>	3.367	<b>118.065</b>	125.938
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	3.360	3.367	118.065	125.938

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 6. Conta vinculada--Continuação

- (i) A Companhia possui um fundo constituído com a finalidade de recompra das ações da CMR no montante de R\$ 3.360 (R\$ 3.367 em 31 de dezembro de 2012). Tipo de aplicação: Fundo de Investimento Bradesco Empresas FIC RF Crédito Privado, com rentabilidade média de 102,02% a.a., efetuada no Banco Bradesco.

A controlada CMR possui R\$ 1.267 (R\$ 7.639 em 31 de dezembro de 2012), recebido pela incorporação da Renosa Indústria ocorrida em 30 de setembro de 2012, referente a conta vinculada (escrow) contratado junto ao Banco Citibank S.A. (Depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. Esse valor serve para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade do antigo acionista, que porventura venham a surgir contra a Companhia.

- (ii) A controlada CMR possui R\$ 113.438 (R\$ 114.932 em 31 de dezembro de 2012) aplicados em CDB e fundos de investimento no banco Bradesco referente a conta vinculada (escrow) contratado quando da negociação das aquisições da CBA (posteriormente incorporada) e CAF, para fazer frente processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade do antigo acionista, que porventura venham a surgir contra a Companhia. Esses passivos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado da conta vinculada.

A Companhia e controlada CMR reconhece o mesmo valor aplicado em conta vinculada como obrigação com os antigos acionistas no passivo não circulante.

### 7. Contas a receber (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2013, a perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber de clientes totalizava R\$ 11.535 (R\$ 1.435 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia e suas controladas têm como prática a aplicação da política interna, bem como a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<b>Perda por redução ao valor recuperável individual</b>
Em 1º de janeiro de 2012	(988)
Constituição	(530)
Baixas	83
Em 31 de dezembro de 2012	(1.435)
Saldo por constituição da Solar.BR em 01/07/13	<b>(5.780)</b>
Constituição	<b>(8.719)</b>
Baixas incobráveis	<b>4.399</b>
Em 31 de dezembro de 2013	<b>(11.535)</b>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 7. Contas a receber (Consolidado)--Continuação

Composição:	Consolidado	
	2013	2012
Prazo:		
A vencer	201.029	91.799
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	18.838	571
De 31 a 180 dias	5.544	1.196
Mais de 180 dias	10.696	1.580
	<u>236.107</u>	<u>95.146</u>
Provisão para devedores duvidosos	(11.535)	(1.435)
	<u>224.572</u>	<u>93.711</u>

### 8. Títulos a receber (Consolidado)

Os acionistas da Sorocaba Refrescos contrataram Escrow no valor de R\$ 24.666, junto ao Banco Itaú, quando da alienação da participação acionária da CMR, correspondente a 40% das ações, realizado em novembro de 2012. Esse valor serve para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências que porventura surgir contra a mesma. Esses ativos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado do escrow. Em julho de 2013, esse crédito foi distribuído aos acionistas como dividendos (Nota 25).

### 9. Partes relacionadas

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

#### a) Consolidado

##### 1) Ativo

	31/12/2013
Contas a receber de empresas associadas – circulante	
Circulante	
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	39.130
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	4.874
	<u>44.004</u>
Contas a receber de empresas associadas – não circulante	
T.J. Participações S.A.	287
	<u>287</u>
<b>Total</b>	<u><b>44.291</b></u>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 9. Partes relacionadas--Continuação

#### a) Consolidado--Continuação

##### 2) Passivo

	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores – circulante	
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	62.060
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	19.035
Total Distribuidora de Bebidas Ltda.	<u>23.735</u>
	<u>104.830</u>
Contas a pagar a empresas associadas – circulante	
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	740
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	<u>2.947</u>
	<u>3.687</u>
<b>Total</b>	<u><u>108.517</u></u>

#### b) Controladora

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Contas a pagar a empresas associadas – circulante		
Companhia Maranhense de Refrigerantes	<u>465</u>	-
Contas a pagar a empresas associadas – não circulante		
Companhia Maranhense de Refrigerantes	<u>-</u>	<u>8.000</u>

A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. é o principal fornecedor de insumos das controladas da Companhia. A mesma fornece o concentrado, principal matéria-prima para fabricação de refrigerantes. A Recofarma é uma empresa do grupo The Coca-Cola Company.

A Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e a Total Distribuidora Ltda são os fabricantes das bebidas não carbonatadas e fornecedora dos sucos Del Valle.

#### **Empresas líderes do conglomerado**

A Renosa Participações S.A. é uma *joint venture* controlada conjuntamente pela Calila Investimentos S.A., TJ Participações S.A. e Refrigerantes do Noroeste S.A. (acionistas diretos da também investidora Holdco 0 Participações S.A.) representando 69,1% das ações com participação da Forsab Investments (Proprietary) Limited e Manchional Investment Holding S.A.R.L., conjuntamente representando 30,9% das ações.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **9. Partes relacionadas -- Continuação**

#### **Entidades com influência significativa sobre a Companhia e controladas**

A Renosa Participações S.A. é investidora em ações ordinárias da Solar. BR Participações S.A. no total de 56%; a Recofarma Indústria do Amazonas Ltda em 36,73% e Coca-Cola Indústria Ltda em 7,27%.

#### **Joint venture na qual a Companhia tem participação indireta**

Consolidando a participação de suas controladas, a Companhia detém 5,12% do capital da Leão Alimentos e Bebidas Ltda.

#### **Termos e condições de transações com partes relacionadas**

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes. O contas a receber de empresas associadas, no ativo circulante, e a conta de fornecedores referentes a Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. e Leão Alimentos e Bebidas Ltda. representam operações mercantis entre partes relacionadas, realizadas a preços e prazos acordados entre as partes.

#### **Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as despesas com honorários dos conselheiros e diretores da Companhia, totalizaram R\$ 16.547 (R\$ 15.684 em 31 de dezembro de 2012).

#### **Plano de remuneração baseado em ações da diretoria estatutária**

##### *Termos e condições gerais*

Termos e condições gerais dos planos de remuneração baseado em ações dos empregados não-administradores:

Grupos de beneficiários: Os principais executivos e os colaboradores considerados estratégicos para o alcance das metas de resultado da Companhia, conforme definidos anualmente pelo Comitê de Gestão da Companhia, são beneficiários do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) atrelado ao lucro distribuível por ação da Companhia, com pagamento em moeda corrente (*phantom shares*). São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de phantom shares a esses beneficiários, as quais são definidas em regulamento específico e administrado pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 9. Partes relacionadas -- Continuação

#### Plano de remuneração baseado em ações da diretoria estatutária--Continuação

Anualmente, o Comitê de Gestão estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de *phantom shares* aos beneficiários.

Condições para exercício: O regulamento das *phantom shares* determina que terão direito à outorga e exercício das *phantom shares* (condições de aquisição e não-aquisição) os beneficiários que atingirem as metas de desempenho.

O regulamento prevê as seguintes condições para exercício das *phantom shares*:

- (i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária nos programas em que não houver diferimento, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as *phantom shares* que lhe foram outorgadas, sem indenização;
- (ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das *phantom shares*, sendo conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das *phantom shares*; e
- (iii) na ausência de desligamento, as condições de aquisição das *phantom shares* são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo-se assim que o beneficiário exerça suas *phantom shares* nos termos definidos pelo regulamento.

#### *Crítérios para fixação do prazo de exercício*

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as *phantom shares* somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de dez anos a contar da data de outorga.

#### *Forma de liquidação*

Para as *phantom shares*, a liquidação se dá em folha de pagamento em favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

#### *Crítérios para fixação do preço de aquisição ou exercício*

O preço de exercício, correspondente a cada *phantom share* (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção é calculado da seguinte forma:

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 9. Partes relacionadas -- Continuação

#### **Plano de remuneração baseado em ações da diretoria estatutária--Continuação**

A cada associado abrangido pelo plano é concedido ao final de cada exercício iniciado em 01 de julho de 2013, até 6 vezes o correspondente à sua remuneração mensal via folha de pagamento.

Na data da outorga este valor é convertido em *phantom shares* e podem ser resgatados pelos associados 1/3 a cada exercício seguinte. Desta forma o *vesting period* para 100% do benefício de um ano se dá no terceiro ano subsequente. O resgate pelo associado pode ser realizado até o 10º. ano seguinte ao período de outorga.

O preço de exercício será reajustado pela variação do lucro líquido da Companhia entre a data da outorga e a data de exercício, calculado como um múltiplo do *phanton share*.

#### *Restrições à transferência das ações*

O exercício das *phantom shares* não implica na concessão de ações da Companhia, sendo a remuneração a elas atrelada paga em espécie.

#### *Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano*

O plano de Incentivo de Longo Prazo em *phantom shares* poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Presidência da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

#### *Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente*

Para o exercício de 2013 foi dada outorga de *phantom shares* para o grupo diretivo da Solar.BR, com data de outorga em 31 de dezembro de 2013. O prazo para exercício destas opções é até 31 de dezembro de 2021 e o impacto do reconhecimento deste benefício em 2013 foi de R\$ 2.500.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 10. Estoques (Consolidado)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Matérias-primas	94.163	19.697
Produtos acabados	37.670	12.759
Produtos para revenda	63.795	11.756
Material de consumo	61.534	13.233
Outros	4.167	5.514
	<u>261.329</u>	<u>62.959</u>

### 11. Impostos a recuperar e obrigações tributárias

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social	93	86	43.876	6.101
PIS a recuperar	-	-	5.041	2.813
COFINS a recuperar	-	-	18.107	5.374
IPI a recuperar	-	-	152.532	37.535
ICMS a recuperar	-	-	79.502	11.659
ICMS sobre Ativo Fixo	-	-	63.295	-
Outros	48	-	16.850	6.014
	<u>141</u>	<u>86</u>	<u>379.203</u>	<u>69.496</u>
Circulante	<u>(119)</u>	<u>(66)</u>	<u>(270.120)</u>	<u>(51.675)</u>
Não circulante	<u>22</u>	<u>20</u>	<u>109.083</u>	<u>17.821</u>
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivo circulante	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	6.688	4.873
ICMS a recolher	-	-	33.575	10.670
Pis a recolher	-	-	3.809	1.698
Cofins a recolher	-	-	17.894	9.219
IRRF a recolher	-	-	1.212	-
Outros	186	24	3.522	234
	<u>186</u>	<u>24</u>	<u>66.700</u>	<u>26.694</u>

(a) IPI a recuperar - Ao longo dos últimos anos, a empresa acumulou créditos de tributos federais em decorrência da forma de tributação do IPI. Com as recentes mudanças ocorridas na legislação no segundo semestre de 2012, as controladas pararam de acumular tais créditos em suas transações correntes, sendo os mesmos compensados e recuperáveis a partir de 2013.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **11. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação**

Nesse contexto, a empresa avaliou a recuperabilidade de tais créditos com base em uma projeção de fluxo de caixa com vistas a mensurar o montante dos tributos federais gerados em sua operação que poderão ser objeto de compensação com os respectivos saldos existentes a recuperar nos próximos anos a partir de 2013, inclusive. Para elaboração de tal projeção foram assumidas as seguintes premissas-chave:

- Aumento médio anual das pautas de IPI, PIS e COFINS em 8,2% em 2014..
- Crescimento médio do volume de vendas de refrigerantes em 4% ao ano.
- Crescimento médio nominal do custo de insumos de refrigerantes em 13,7% em 2014 , principalmente devido a variação cambial.

Com base em tais premissas e considerando que, existe previsão legal para utilização do saldo credor de IPI com a compensação de outros tributos federais incidentes na operação tais como, PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição social e o próprio IPI, estima-se que estes créditos sejam realizados nos próximos 5 anos.

### **12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

As controladas da Companhia, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhecem os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Consolidado (2013)		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	7.071	2.488	9.559
Provisão para devedores duvidosos	2.482	894	3.376
Provisão para tributos questionados judicialmente	2.705	974	3.679
Provisão para perdas	2.056	740	2.796
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	45.791	16.485	62.276
Provisão para perdas em operações de <i>swap</i>	2.800	1.008	3.808
Provisão despesas de marketing	1.455	524	1.979
Ágio	15.225	2.872	18.097
Provisão reserva avaliação AVP - PRODESIN	(11.282)	(4.062)	(15.344)
Outras provisões temporariamente indedutíveis	5.093	1.834	6.927
	<b>73.396</b>	<b>23.757</b>	<b>97.153</b>

	Consolidado (2012)		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	6.619	2.366	8.985
Ágio	22.078	4.841	26.919
Provisão reserva avaliação AVP - PRODESIN	(12.070)	(4.344)	(16.414)
	<b>16.627</b>	<b>2.863</b>	<b>19.490</b>

Movimentação do imposto de renda de contribuição social diferidos

	Consolidado			Total
	31/12/2013		31/12/12	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
No início do exercício	16.627	2.863	19.490	32.338
Saldo de abertura por constituição da Solar.BR	54.623	18.941	73.564	-
Constituição	5.384	2.677	8.061	5.658
Realização	(3.238)	(724)	(3.962)	(12.489)
Outros ajustes	-	-	-	(6.017)
Saldo final	<b>73.396</b>	<b>23.757</b>	<b>97.153</b>	19.490

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos da Companhia são constituídos unicamente por diferenças temporárias, proveniente em sua quase totalidade, de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Tendo em vista a imprevisibilidade do encerramento destes processos, não é possível estimar uma data específica da realização. Desta forma, são constituídos utilizando-se a alíquota de 34%.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado do exercício de 2013 estão demonstradas a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>1.062.417</b>	<b>192.087</b>
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	<b>(361.222)</b>	<b>(65.310)</b>
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Mais valia de investimentos	<b>305.726</b>	-
Resultado de equivalência patrimonial	<b>55.496</b>	<b>65.842</b>
	<b>-</b>	<b>-</b>
Alíquota efetiva	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>1.158.610</b>	<b>182.959</b>
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	<b>(393.927)</b>	<b>(62.206)</b>
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Mais valia de investimentos	<b>305.726</b>	-
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	<b>17.914</b>	<b>22.325</b>
Outras exclusões, líquidas	<b>42.858</b>	<b>9.045</b>
	<b>(27.429)</b>	<b>(30.836)</b>
Alíquota efetiva	<b>2,36%</b>	<b>16,9%</b>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 13. Despesas antecipadas (Consolidado)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Despesas de marketing a apropriar (i)	<b>22.087</b>	2.565
Seguros/vale transporte a apropriar	<b>1.391</b>	669
Vasilhames refpet a apropriar	<b>1.324</b>	-
Outras despesas a apropriar	<b>5.594</b>	3.467
	<u><b>30.396</b></u>	<u>6.701</u>
Parcela classificada no ativo circulante	<b>21.158</b>	3.136
Parcela classificada no ativo não circulante	<b>9.238</b>	3.565

(i) Referente a gastos com copa do mundo, mídia futebol e contratos de exclusividade.

### 14. Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Avaliados a equivalência patrimonial:				
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	-	-	49.256	13.448
Solar.BR Participações S.A.	<b>938.856</b>	-	-	-
Ágio na constituição da Solar.BR	<b>1.576.398</b>	-	-	-
Tocantins Refrigerantes S.A.	-	<b>14.527</b>	-	-
Companhia Maranhense de Refrigerantes	-	<b>719.082</b>	-	-
	<u><b>2.515.254</b></u>	<u><b>733.609</b></u>	<u><b>49.256</b></u>	<u><b>13.448</b></u>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 14. Investimentos--Continuação

Movimentação:

	Total							Leão		Total Consolidado
	Renosa	Tocref	CMR	Solar.BR	Controladora	Sorocaba	SRSA	Alimentos		
Em 31 de dezembro de 2011	127.491	10.658	154.348	-	292.497	30.288	8	13.448	43.744	
Investimento AFAC	-	-	302.920	-	302.920	-	-	-	-	
Ajustes de investimentos	-	-	-	-	-	480	-	-	480	
Distribuição de dividendos	(22.326)	-	(33.136)	-	(55.462)	-	-	-	-	
Incorporação	(148.129)	-	148.129	-	-	-	-	-	-	
Equivalência patrimonial	42.964	3.869	146.821	-	193.654	2.986	205	-	3.191	
Baixa de investimento (Nota 24)	-	-	-	-	-	(33.754)	(213)	-	(33.967)	
Em 31 de dezembro de 2012	-	14.527	719.082	-	733.609	-	-	13.448	13.448	
Saldo inicial por constituição da Solar	-	-	-	-	-	-	-	32.415	32.415	
Aquisições de investimentos (a)	-	-	-	297.356	297.356	-	-	-	-	
Aumento de participação (d)	-	-	-	-	-	-	-	1.551	1.551	
Aumento de capital com investimentos (b)	-	-	15.236	634.974	650.210	-	-	-	-	
Aumento de capital com ágio (b)	-	-	-	62.971	62.971	-	-	-	-	
Ágio na aquisição de investimentos (c)	-	-	-	1.449.243	1.449.243	-	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	(172.763)	(22.024)	(194.787)	-	-	-	-	
Equivalência patrimonial	-	709	73.419	92.734	166.862	-	-	1.945	1.945	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(103)	(103)	
Baixa de investimento (b)	-	(15.236)	(634.974)	-	(650.210)	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	2.515.254	2.515.254	-	-	49.256	49.256	

- a) Em 03 de julho de 2013, foi aprovado aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 297.356 por meio de conferência de ações detidas por TJ Participações S.A. e Calila Investimentos S.A. na Solar.BR Participações S.A. (Nota 25)
- b) Em maio de 2013, a Companhia efetuou aumento de capital na Companhia Maranhense de Refrigerantes com a parcela de investimento no valor de R\$ 15.236 detida na Tocref – Tocantins Refrigerantes Ltda. Em 03 de julho de 2013, a Companhia efetuou aumento de capital na Solar.BR Participações S.A. com a parcela detida no patrimônio líquido da Companhia Maranhense de Refrigerantes no valor de R\$ 634.974 incluindo ainda o ágio no valor de R\$ 62.971.
- c) Conforme descrito na Nota 4, para que a Companhia obtivesse o controle da Solar.BR, os investimentos que os acionistas detinham na Nordeste Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda. foram utilizados como contraprestação. Dessa forma, a Companhia reavaliou estes investimentos pelo valor justo e reconheceu no resultado no exercício um ganho no valor de R\$ 899.193. Por outro lado, a Companhia que já detinha o controle acionário da CMR, cedeu para o grupo *The Coca-Cola Company* 44% de sua participação nesta investida como contraprestação. Como consequência, o valor justo desta parcela cedida no montante de R\$ 550.050 foi reconhecido no patrimônio líquido da Companhia.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 14. Investimentos--Continuação

- d) Em 13 de fevereiro de 2013, a SABB Sistema de Alimentos e Bebidas do Brasil Ltda. foi incorporada pela Leão Alimentos e Bebidas Ltda. Como consequência houve um aumento no investimento de R\$ 1.551 pelas controladas Companhia Maranhense de Refrigerantes (R\$ 1.090) e Companhia Brasileira de Alimentos São Francisco (R\$ 461), que passaram a ter 1,3480% e 0,3896% de participação acionária na Leão Alimentos e Bebidas Ltda, respectivamente.

O investimento da Leão Alimentos e Bebidas Ltda. é avaliado ao método de equivalência patrimonial, o patrimônio líquido e lucro do ano corrente após imposto de renda e contribuição social desta investida em 30 de novembro de 2013 é de R\$ 701.001 e R\$ 271.600, respectivamente. Quando da aquisição de participação na Leão Alimentos e Bebidas Ltda, o valor de R\$ 13.388 foi designado como ágio.

### 15. Imobilizado (Consolidado)

Composição dos saldos:

	Taxas anuais de depreciação	2013		2012	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	49.130	-	49.130	41.002
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7%	14.494	(3.376)	11.118	-
Edificações	3,7%	353.792	(76.905)	276.887	120.366
Máquinas e equipamentos	6,7% a 12,5%	945.437	(347.132)	598.305	214.842
Móveis e utensílios	10,0%	20.374	(8.184)	12.190	5.799
Garrafas e embalagens	20,0%	321.905	(181.717)	140.188	53.486
Computadores e periféricos	20,0%	44.236	(28.826)	15.410	5.319
Veículos	20,0%	152.196	(76.640)	75.556	37.183
Veículos Leasing	16,67%	93.892	(33.335)	60.557	-
Outras imobilizações	5% a 20%	152.239	(66.190)	86.049	1.276
Obras em andamento	-	53.881	-	53.881	5.925
		<b>2.201.576</b>	<b>(822.305)</b>	<b>1.379.271</b>	<b>485.198</b>

Movimentação:

	Consolidado	
	2013	2012
Saldo inicial	485.198	490.303
Saldo de abertura por constituição da Solar.BR	785.885	-
Aquisições	236.244	64.499
Alienações	(6.847)	(12.872)
Transferência para intangível	(692)	(276)
Depreciação	(120.517)	(56.456)
No fim do exercício	<b>1.379.271</b>	<b>485.198</b>

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação**

#### *Obras em construção*

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos, equipamentos de mercado, obras civis e veículos que entrarão em uso no exercício seguinte.

#### *Custos de empréstimo capitalizados*

Os custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de aproximadamente R\$ 596, no período de julho a dezembro de 2013. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 7,39% a.a., que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

#### *Revisão e ajuste da vida útil estimada*

A Companhia concluiu, durante o exercício de 2012, as análises periódicas com o objetivo de revisar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Para fins dessa análise, a Companhia aprovou, através de sua Diretoria, laudo de avaliação e considerou o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de utilização dos bens.

Historicamente, a Companhia não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata. As taxas médias anuais atuais de depreciação estão demonstradas no quadro de composição anterior.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

#### *Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção*

As controladas possuem certos contratos de aluguel que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil, são classificados como arrendamentos financeiros. As controladas classificam um arrendamento como financeiro quando pelo menos uma das seguintes condições são atendidas:

- i) Há a transferência de propriedade do ativo para a Empresa no fim do prazo do arrendamento;
- ii) A Empresa tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível, e a Administração possui uma intenção provável de exercê-la;
- iii) O prazo do arrendamento refere-se, no mínimo, a 75% da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida. A Administração da Empresa entende que 75% correspondem à maior parte da vida econômica do ativo;
- iv) No início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento representa, no mínimo, 90% do valor justo do ativo arrendado. A Administração da Empresa entende que 90% correspondem substancialmente ao valor justo do ativo arrendado.

A vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis mínimos a serem utilizados para cálculo do critério "iv" acima.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

#### *Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção--Continuação*

Com base nas análises acima, as controladas Norsa e Guararapes, classificaram os contratos de arrendamento em financeiro e operacional conforme segue:

#### a) Arrendamentos financeiros

As controladas da Companhia possuem 6 contratos de arrendamento que foram classificados como arrendamento financeiro. Os principais efeitos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

#### a.1) Ativo imobilizado ("Veículos - leasing"):

Tipo	Prazo do contrato	31/12/2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Caminhões	6 anos	88.975	(31.480)	57.495
Empilhadeiras	4 anos	5.088	(1.695)	3.393
Outros	5 anos	1.008	(215)	793
		<b>95.071</b>	<b>(33.390)</b>	<b>61.681</b>
	Parcela classificada no circulante			15.901
	Parcela classificada no não circulante			45.780

#### a.2) Obrigações com Arrendamento Mercantil:

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Vencimento	31/12/2013		
	Pagamentos mínimos contratuais	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos contratuais
2014	24.657	(8.756)	15.901
2015 em diante	64.686	(18.906)	45.780
	<b>89.343</b>	<b>(27.662)</b>	<b>61.681</b>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 15. Imobilizado (Consolidado)—Continuação

#### a) Arrendamentos financeiros--Continuação

##### a.3) Contas de resultado:

No período findo em 31 de dezembro de 2013, as controladas indiretas Norsa e Refrescos Guararapes registraram no resultado do exercício, R\$ 9.310 de despesas de depreciação, R\$ 9.629 de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 14.581.

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 61.681. Todos os itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro são garantidos pelos próprios bens objetos dos contratos.

#### b) Arrendamentos operacionais

As controladas possuem 43 contratos de arrendamento classificados como operacionais, os quais referem-se, substancialmente, a aluguel de imóveis, empilhadeiras e outros, que possuem os seguintes vencimentos:

<u>Vencimento</u>	<u>Pagamentos mínimos contratuais</u>
2014	<b>5.959</b>
2015	<b>3.045</b>
2016 em diante	<b>16.440</b>
	<b>25.444</b>

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de aproximadamente R\$ 2.099.

#### *Ativos concedidos em garantias*

Edificações, congeladores e outros equipamentos com valor contábil de R\$ 279.062 estão sujeitos à hipoteca de primeiro grau como garantia de empréstimos bancários da Companhia e suas controladas.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 16. Intangível

#### (a) Composição

	Controladora				Consolidado			
	2013		2012		2013		2012	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	-	-	-	-	61.870	(39.788)	22.082	10.783
Ágio adquirido	-	-	-	62.971	619.739	(35.563)	584.176	99.384
Direito de lavra	-	-	-	-	45.536	-	45.536	45.536
Licenças	-	-	-	-	3.249.292	-	3.249.292	285.578
	-	-	-	62.971	3.976.437	(75.351)	3.901.086	441.281

#### (b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial	62.971	62.971	441.281	471.744
Saldo de abertura por constituição da Solar.BR	-	-	492.662	-
Aquisições de software	-	-	3.262	3.169
Adições de ágio (Nota 4)	-	-	302.696	1.793
Aquisições de licenças (Nota 4)	-	-	2.665.207	(1.793)
Transferências de imobilizado - software	-	-	692	276
Amortização	-	-	(4.711)	(3.427)
Baixas de intangível, líquidas	-	-	(3)	-
Baixa de ágio (Nota 14 e 24)	(62.971)	-	-	(30.481)
Saldo no fim do exercício	-	62.971	3.901.086	441.281

Os ágios possuem a seguinte composição:

- Ágio de R\$ 302.696 mil pela aquisição de investimentos a valor justo na Solar.BR Participações S.A. Vide nota 14.
- Ágio de R\$ 15.270 pagos pela controlada da Norsa Refrigerantes Ltda, na aquisição da Real Bebidas (empresa incorporada pela NRN Comércio de Bebidas Ltda.);
- Ágios de R\$ 28.368 e R\$ 5.747 pagos pela controlada Companhia Maranhenses de Refrigerantes, na aquisição das empresas Companhia de Alimentos e Bebidas do São Francisco – CBA e Companhia das Águas Funcionais do Nordeste - CAF, respectivamente;
- Ágio de R\$ 15.173 pago pela Companhia Maranhense de Refrigerantes na aquisição de participação significativa da Refrescos Guararapes;
- Ágio de R\$ 190.658 obtidos na constituição da Solar.BR Participações S.A. através de aportes de capital.
- Goodwill de R\$ 26.264 pagos pela Norsa no arrendamento da operação da Bahia pertencente ao Grupo Calmon.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 16. Intangível--Continuação

A partir de janeiro de 2009, o saldo desses ágios, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, não foram mais amortizados, passando a ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

### 17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Finame/BNDES	Juros entre 2,7% a.a. - 4,5% a.a. acima da TJLP	<b>200.074</b>	55.072
FINEM / BNDES	De 2,3% a.a. - 3,5% a.a. acima da TJLP	<b>97.694</b>	-
Capital de giro	Juros de 2% a.a. + CDI	<b>145.071</b>	7.789
Leasing	Juros de 0,60% a.a. + CDI	<b>1.910</b>	5.344
FCO/Banco do Brasil	9,78% a.a.	<b>10.376</b>	16.823
Cédula de Crédito Industrial	5,25% a.a. acrescido da TJLP/IGP-DI	-	15.022
Banco Unibanco S.A - Finame	TJLP + 1,20%	-	960
Banco do Nordeste S.A - FNE	De 10% a 14%	<b>156.863</b>	37.449
Banco Itaú BBA S.A - Finame	De 4,5% a 7%	-	8.555
Banco Votorantim S.A - Finame	TJLP + 1,40%	-	3.058
Banco Bradesco S.A - Finame		-	3.408
		<b>611.988</b>	153.480
Circulante		<b>(249.829)</b>	(55.172)
Não circulante		<b>362.159</b>	98.308

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por:

- Penhor de bens e hipoteca imobiliária – (FNE );
- Alienação fiduciária (FINAME),
- Fiança Bancaria – (FNE).

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2014	-	36.533
2015	<b>94.750</b>	22.295
2016	<b>86.392</b>	14.470
2017	<b>80.845</b>	8.862
2018	<b>54.209</b>	4.307
2019 em diante	<b>45.963</b>	11.841
	<b>362.159</b>	98.308

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

A movimentação de empréstimos e financiamentos durante o exercício é a seguinte:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Saldo de abertura	<b>153.480</b>	182.860
Saldo por constituição da Solar.BR	<b>505.569</b>	-
Captações	<b>131.106</b>	13.295
Juros apropriados	<b>51.708</b>	14.255
Amortização de principal	<b>(157.062)</b>	(41.451)
Juros pagos	<b>(72.813)</b>	(15.479)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<b>611.988</b>	153.480

#### *Cláusulas restritivas*

A Companhia e suas controladas efetuaram a análise de cláusulas restritivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e não possuem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. As cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos estão principalmente relacionadas à inadimplência, medidas judiciais ou extrajudiciais que comprometam a capacidade de pagamento, insolvência e comprometimento de garantias oferecidas. Não há cláusulas que exijam o cumprimento de índices financeiros dos empréstimos e financiamentos.

### 18. Debêntures (Consolidado)

Em 18 de novembro de 2011 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (1ª. emissão) junto aos Bancos Itaú BBA S.A e Bradesco BBI S.A, no montante de R\$ 350.000.

Em 26 de junho de 2013 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (2ª. emissão) junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 200.000 mil conforme demonstrado abaixo:

Entidades financiadoras da operação	Data de emissão	Data de Vencimento	Tipo de emissão	Debêntures em circulação	Valor total na data da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Total em 31/12/13	Total em 31/12/2012
Banco Bradesco	26.07.2013	27/06/2020	Simple	200	200.000	CDI+1,75%	10,11%	<b>200.177</b>	-
Banco Bradesco	29.11.2011	29/11/2018	Simple	175	175.000	CDI+2,15%	10,55%	<b>169.416</b>	<b>175.061</b>
Banco Itaú	29.11.2011	29/11/2018	Simple	175	175.000	CDI+2,15%	10,55%	<b>169.416</b>	<b>175.061</b>
								<b>539.009</b>	<b>350.122</b>
Circulante								<b>(69.335)</b>	<b>(5.955)</b>
Não circulante								<b>469.674</b>	<b>344.167</b>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 18. Debêntures (Consolidado)--Continuação

A movimentação de debêntures durante o exercício é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo de abertura	350.123	350.346
Captações	200.000	-
Juros apropriados	29.750	39.448
Amortização de principal	(11.475)	-
Juros pagos	(29.389)	(39.672)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	539.009	350.122

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	61.767
2015	92.184	70.600
2016	108.851	70.600
2017	108.851	70.600
2018	103.123	70.600
2019 em diante	56.665	-
	469.674	344.167

**Limites e índices financeiros:** o índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Emissora, deverá ser menor ou igual a 3,5. O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido consolidado, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 2,5. Todos os índices exigidos estão sendo cumpridos.

**Remuneração:** As Debêntures rendem juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,15% (1ª. emissão) e 1,75% (2ª. emissão) (dois inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

**Garantia:** as debêntures serão garantidas por fianças das empresas, CBA - Indústria e Comercio de Bebidas e Alimentos Ltda. (Transformada em sociedade Limitada em 28 de junho de 2013 e posteriormente incorporada pela CMR – Companhia Maranhense de Refrigerantes), a Tocantins Refrigerantes Ltda. e a CAF - Crystal Águas do Nordeste Ltda ( transformadas em sociedade Limitada em 28 de junho de 2013).

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros (Consolidado)

#### 19.1 Instrumentos financeiros derivativos – ativo

	<u>31/12/2013</u>
Derivativos não designados como <i>hedges</i>	
Contratos a termo de mercadorias	<u>851</u>
Parcela classificada no circulante	<u>(340)</u>
Parcela classificada no ativo não circulante	<u>511</u>

#### 19.2 Instrumentos financeiros derivativos – passivo

	<u>31/12/2013</u>
Derivativos não designados como <i>hedges</i>	
Contratos a termo de mercadorias	<u>12.229</u>
Parcela classificada no circulante	<u>(8.434)</u>
Parcela classificada no passivo não circulante	<u>3.795</u>

#### 19.3 Operações com derivativos

##### *Risco de preço de commodities*

A Companhia compra açúcar em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia estabeleceu uma política de gestão de riscos. Todas as operações de contratos a termos e demais instrumentos financeiros derivativos estão em consonância com a política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. Qualquer operação no mercado de derivativos possui como único objetivo reduzir a exposição da controlada da Companhia à volatilidade do custo dos insumos de produção. A política de gestão de riscos impede a Companhia e suas controladas de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

Com o estabelecimento destes contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar por um período de até 9 meses com base nos contratos de compra existentes. As variações no valor justo dos contratos a termo são reconhecidas na demonstração do resultado em custos financeiros.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros (Consolidado)

#### 19.3 Operações com derivativos

Em 31 de dezembro de 2013, o valor justo dos contratos a termo (Swap) em aberto referentes a essa commodity totalizavam um ativo de R\$ 851 e um passivo de R\$ 12.229. As perdas não realizadas reconhecidas em receitas financeiras na demonstração do resultado do período corrente somaram R\$ 11.378. As perdas realizadas no período de 03 de julho de 2013 a 31 de dezembro de 2013 somaram R\$ 4.829.

#### ***NDF – Non Deliverable Forward***

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de NDF – “Non Deliverable Forward” para fins de cobertura cambial.

#### 19.4 Valor justo

O valor justo e valor contábil dos ativos e passivos financeiros não apresentam diferenças para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, contas a receber e a pagar a empresas associadas se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- Valores a receber de longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia e suas controladas com base em parâmetros tais como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face a perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **19. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação**

#### **19.4 Valor justo--Continuação**

- A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a algumas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Tais derivativos são avaliados com base em mensuração técnica, bem como, com base em dados observáveis no mercado e referem-se, principalmente, a contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da commodity objeto.

#### **Hierarquia de valor justo**

A Companhia e suas controladas utilizam da seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

#### **Hierarquia de valor justo - Continuação**

- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2013, todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados com base no “Nível 1” da técnica de avaliação retro mencionada.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 20. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de aquisições de negócios com vidas indefinidas foram alocadas a duas unidades geradoras de caixa, que também são segmentos operacionais que divulgam informações, como a seguir demonstrado:

- Unidade geradora de caixa da filial da Norsa, localizada no Estado da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Teresina;
- Unidade geradora de caixa da Refrescos Guararapes (Regua), localizada nos Estados de Pernambuco e Paraíba;
- Unidade geradora de caixa da Sucovalle, localizada no Estado de Pernambuco;
- Unidade geradora de caixa da Companhia Maranhense de Refrigerantes (CMR), localizada nos Estados de Mato Grosso, Maranhão e Alagoas;
- Unidade geradora de caixa da Tocantins Refrigerantes (Tocref), localizada nos Estados de Mato Grosso, Maranhão, Alagoas, Sergipe e Bahia;
- Unidade geradora da Companhia de Águas Funcionais (CAF), localizada no Estado de Alagoas.

O valor recuperável das unidades foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela alta administração. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado da Solar.BR e na tendência do consumo de bebidas não alcoólicas. No longo prazo, estes itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região.

No que se refere às despesas operacionais, estas foram divididas em fixas e variáveis, onde as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e volume incremental. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 13,35% e os fluxos de caixa que excedem o período de 10 anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5%, taxa esta semelhante ao indicador de inflação anual prevista para o longo prazo. Como resultado dessa análise, não foi identificado perda por redução ao valor recuperável.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 20. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida--Continuação

#### Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso tanto para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

**Margens brutas** – As margens brutas são calculadas com base no planejamento da Companhia. Essas margens possuem suaves crescimentos devido ao ganho de eficiência, que é parcialmente compensado por pressões de custo provenientes de commodities.

**Inflação de preços de matérias-primas** – As estimativas são obtidas a partir de índices publicados para os países que fornecem as matérias-primas, bem como dados relativos às commodities em específico. Os valores estimados são utilizados se os dados estiverem publicamente disponíveis (principalmente para o Brasil e os Estados Unidos).

Alternativamente, as variações de preços de matérias-primas vêm sendo utilizadas como indicador de futuras variações de preço.

**Premissas de participação no mercado** – Essas premissas são importantes, uma vez que, além de utilizar dados do segmento para taxas de crescimento (conforme a seguir observado), possibilitam que a Administração avalie a posição de mercado da unidade em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. Estima-se que a participação da Companhia e sua controlada do mercado de bebidas permaneça estável ao longo do período orçamentário, considerando as razões acima apresentadas.

**Estimativas de taxas de crescimento** – As taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados sobre o setor.

#### Sensibilidade a mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso das referidas unidades geradoras de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder significativamente seu montante recuperável.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 21. Subvenções governamentais (Consolidado)

#### a) Governo estadual

##### i) Estado do Rio Grande do Norte: Real Bebidas

Em 28 de Dezembro de 1999 o Conselho de Desenvolvimento do Estado – CDE, através do processo de n.º 768/97 – SINTEC aprovou por unanimidade, o enquadramento da Real Bebidas ao PROADI, concedido o incentivo financeiro previsto no Art. 5º inciso I da Lei n.º 7.075/97, este relacionado ao financiamento de 75% do ICMS apurado, incidente sobre produtos de fabricação própria, sob a forma de contrato de mútuo de execução periódica, por um período de 10 anos, dos quais 03 de carência, não podendo o valor financiado ultrapassar 10% do faturamento do período. Esta subvenção foi renovada em 2013 por mais 10 anos.

##### ii) Estado do Piauí: Norsa

Em julho de 2005, a Norsa obteve a concessão de incentivo fiscal junto ao Governo do Estado do Piauí, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria, instituído pelo Decreto 11.818 de 14 de julho de 2005, alterado pelo Decreto n.º 12.029 de 15 de dezembro de 2005 e n.º 12.620 de 06 de junho de 2007 e prorrogado pelo Parecer técnico n.º 044 de 04 de Dezembro de 2009.

O incentivo tem prazo de quinze anos e corresponde a dispensa de 60% até 31/07/2017 e 50% durante o período de 01/08/2017 à 31/12/2020, do ICMS apurado incidente sobre a parcela do faturamento excedente ao limite mensal estabelecido pelos referidos Decretos..

##### iii) Estado do Ceará: Norsa

As operações da Norsa, no Estado do Ceará, gozam de incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado até o ano de 2017, através da obtenção de financiamento junto ao Banco Bradesco S.A.. Os recursos provêm do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, e consistem basicamente no financiamento de 75% sobre a base incentivada do ICMS, com a amortização no prazo de 36 meses. Caso a Norsa liquide o financiamento no prazo previsto, 75% do total financiado reverte-se na forma de incentivos fiscais.

##### iv) Estado da Bahia: Norsa

As operações da Norsa, no Estado da Bahia, gozam de incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado, no âmbito do programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica – DESENVOLVE, para suas unidades fabris de Salvador (BA) e Vitória da Conquista (BA), por um período de 120 meses. O programa consiste basicamente no diferimento de 90% do saldo de ICMS devido para pagamento no prazo de 12 meses. Caso a Norsa liquide o financiamento no prazo previsto, 90% do total diferido reverte-se em forma de incentivos fiscais.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 21. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

v) Estado do Mato Grosso: CMR

A Renosa Indústria, incorporada pela CMR em setembro de 2012 – obteve junto ao governo do Estado de Mato Grosso, incentivo fiscal PRODEI – Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso, no período de 2002 a fevereiro de 2008 e posteriormente migrado para “PRODEIC” a partir de março de 2008, com de vigência de 10 anos. Incentivos concedidos as empresas industriais com a finalidade de fomentar investimentos no Estado. O PRODEI, quando da sua implantação, o sistema de benefício consistia em financiamento de 64,4% do ICMS normal sobre a operação industrial, o valor remanescente do financiamento está sendo amortizado em 64 parcelas.

Em março de 2008 a Companhia migrou para o PRODEIC, nesta 2ª etapa o benefício fiscal consiste em renúncia fiscal do Estado, sobre o ICMS normal de 82,25% sobre as vendas dentro do Estado e 75% das vendas fora do Estado e renúncia ao aproveitamento de créditos sobre as entradas por parte da Companhia. O prazo de vigência do contrato é de 10 anos contados a partir da assinatura.

vi) Estado do Maranhão: CMR

A CMR goza de incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado do Maranhão, até o ano de 2024, incentivo do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão – SINCOEX - Sistema de Apoio a Indústria e ao Comércio Exterior. Esse incentivo é concedido a empresas industriais e agroindustriais, quando de sua implantação, ampliação ou realocação, dentre outras finalidades, e consiste no financiamento de até 75% do valor do recolhimento do ICMS devido, a partir da data da assinatura do contrato de financiamento.

vii) Estado do Alagoas: CAF e CBA (empresa incorporada pela CMR)

Em 23 de julho de 2000, a Companhia Alagoana de Refrigerantes – CIAL obteve a concessão de incentivo fiscal, até o ano 2023, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria, conforme resolução CONDIN No 076/2000 instituída pelo governo do Estado de Alagoas conforme decreto emitido em 4 de setembro de 2000 - PRODESIN. Este benefício foi transferido para CAF através de um processo de reestruturação societária, onde cindiu os ativos/passivos e benefícios da empresa CIAL para a CAF.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 21. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

#### a) Governo estadual--Continuação

##### iv) Estado do Alagoas: CAF e CBA (empresa incorporada pela CMR)-- Continuação

Em 15 de agosto de 2000, a CBA (incorporada pela CMR) obteve a concessão de incentivo fiscal, até o ano 2025, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria, conforme resolução CONDIN Nº 076/2000 instituída pelo governo do Estado de Alagoas conforme decreto emitido em 4 de setembro de 2000.

De acordo com este incentivo, a Companhia possui créditos presumidos de 50% do ICMS relativo aos produtos da Companhia e o diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país e no exterior, como também dos bens destinados ao ativo fixo.

O saldo devedor terá prazo de carência para 1 ano, devendo a Companhia proceder com o pagamento findo o prazo de carência em valor equivalente do ICMS dividido em 84 parcelas (7 anos).

##### iv) Estado do Pernambuco: Refrescos Guararapes

A Empresa, por meio de suas unidades instaladas no Estado de Pernambuco, é beneficiária do incentivo fiscal estabelecido no Programa de Desenvolvimento de Pernambuco – PRODEPE. Este benefício refere-se a crédito presumido de 75% devido sobre o volume de venda de refrigerantes e 57,5% do ICMS incidente sobre o volume de vendas de água, aprovados por Decretos estaduais, com validade até 2016.

##### v) Estado da Paraíba: Refrescos Guararapes

No caso das unidades situadas no estado da Paraíba, a Empresa faz jus a incentivos de ICMS do FAIN – Fundo de Apoio Industrial que corresponde ao direito a um crédito presumido, sobre o montante das saídas do produto incentivado (Produtos retornáveis produzidos no Estado. Este benefício refere-se a crédito presumido de 54% do ICMS devido sobre o volume de vendas incentivadas.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 21. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

#### a) Governo estadual--Continuação

Os financiamentos incentivados, registrados líquidos dos abatimentos recebidos, têm a seguinte composição:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
PRODEI		4.232
PRODESIN	<b>20.424</b>	18.217
SINCOEX	<b>5.002</b>	4.559
FDI	<b>25.725</b>	-
DESENVOLVE	<b>6.304</b>	-
Outros	<b>44</b>	-
	<b>57.499</b>	27.008
Circulante	<b>(18.975)</b>	(6.985)
Não circulante	<b>38.524</b>	20.023

Os financiamentos incentivados, não circulantes, têm seus vencimentos assim programados:

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
2014	-	2.069
2015	<b>11.432</b>	2.048
2016	<b>11.945</b>	1.814
2017	<b>2.615</b>	1.814
2018	<b>2.112</b>	12.278
2019 em diante	<b>10.420</b>	-
	<b>38.524</b>	20.023

#### b) Governo Federal

As empresas da Norsa são beneficiárias de incentivo fiscal que se constitui em: (i) redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos a partir do ano de 1999 até 2018 para as unidades de Salvador, Vitória da Conquista e Teresina e (ii) redução de 75% do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do ano de 2007 até 2016 para a unidade de Maracanaú. A Real Comércio e Indústria de Bebidas Ltda. (empresa incorporada pela Norsa Refrigerantes Ltda em agosto de 2013), é beneficiária de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos a partir do ano de 2004 até 2013.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 21. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

#### b) Governo Federal--Continuação

Em 22 de dezembro de 2008, a Superintendência do Desenvolvimento Amazônia – SUDAM, através do laudo constitutivo No. 226/2008 reconheceu o direito da CMR à redução de 75% do Imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 anos a partir do ano calendário de 2008, tudo conforme anteriormente requerido no processo nº CUP-59004/00467/2008-28.

A CBA (empresa incorporada pela CMR em setembro 2013) é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos a partir do ano de 2006 até 2015 para a unidade de Arapiraca e por 10 (dez) anos a partir do ano de 2011 até 2020 para a unidade de Maceió. O incentivo da Companhia é calculado sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. O incentivo fiscal do imposto de renda é reconhecido, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

### 22. Tributos parcelados (Consolidado)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Salário Educação Parcel. Especial	259	290
SESI - Parcel. Especial	14	38
Parcel. Lei 11.941 - RFB – Outros	3.058	3.330
Parcel. Lei 11.941 - PGFN – Outros	14.031	12.669
Parcel. Lei 11.941 - RFB – Previdenciários	1.493	4.183
Parcel. Lei 11.941 - PGFN – Previdenciários	994	1.025
	<u>19.849</u>	<u>21.535</u>
Circulante	<u>(2.055)</u>	<u>(2.244)</u>
Não circulante	<u>17.794</u>	<u>19.291</u>

Em 27 de maio de 2009, através da Lei no. 11.941/09, e pela Medida Provisória no. 470/2009 pela Lei no. 11.941/09, e pela Medida Provisória no. 470/2009, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, que veio a permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de setembro de 2008.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 22. Tributos parcelados (Consolidado)--Continuação

Em novembro de 2009, a Companhia formalizou a sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

O montante a pagar no longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014		<b>2.719</b>
2015	<b>1.848</b>	<b>2.530</b>
2016	<b>1.848</b>	<b>2.530</b>
2017	<b>1.848</b>	<b>1.514</b>
2018	<b>1.814</b>	<b>9.998</b>
2019 em diante	<b>10.436</b>	
	<u><b>17.794</b></u>	<u><b>19.291</b></u>

### 23. Provisão para contingências (Consolidado)

As controladas da Companhia possuem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Não é esperado nenhum passivo relevante resultante das causas judiciais, além daqueles provisionados.

A Companhia e suas controladas é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 23. Provisão para contingências (Consolidado)--Continuação

As controladas da Companhia apresentam os seguintes passivos e relacionados às causas judiciais:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tributárias	53.897	2.418
Trabalhistas e previdenciárias	144.621	1.231
Reclamações cíveis	12.845	3.186
	<u>211.363</u>	<u>6.835</u>

A movimentação do período ocorreu conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	6.835	15.512
Saldo de abertura por constituição da Solar.BR	208.471	-
Constituição/Reversão	(2.243)	2.599
Baixas	(1.700)	(11.276)
No fim do exercício	<u>211.363</u>	<u>6.835</u>

Tendo em vista a existência de dúvidas quanto à legalidade e constitucionalidade da cobrança de determinados tributos e encargos sociais, as controladas ajuizaram ações, efetuando depósitos em juízo dos valores questionados no valor de R\$ 167.691 (R\$ 6.945 em 31 de dezembro de 2012). Os principais depósitos judiciais referem-se a causas trabalhistas conforme abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tributárias	65.948	137
Trabalhistas e previdenciárias	96.833	6.808
Reclamações cíveis	4.910	-
	<u>167.691</u>	<u>6.945</u>

#### a) Ações cíveis

A Companhia e suas controladas são réis em diversas ações cíveis e as principais estão relacionadas a reclamações de distribuidores que tiveram seus contratos encerrados, fundo de comércio, cobranças de créditos e danos morais. A administração da Companhia e suas controladas decidiu por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável, no montante de R\$ 12.845 (R\$ 3.186 em 31 de dezembro de 2012) para os quase a Companhia e suas controladas mantem depositado judicialmente o valor de R\$ 4.910 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2012).

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 23. Provisão para contingências (Consolidado)--Continuação

b) Ações tributárias

Diversas ações tributárias onde as principais são relativas a créditos tributários de IPI junto a Receita Federal do Brasil, onde a Administração da Companhia e suas controladas decidiram por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável, no montante de R\$ 53.897 (R\$ 2.418 em 31 de dezembro de 2012) para os quais a Companhia e suas controladas mantem depositado judicialmente o valor de R\$ 65.948 (R\$ 137 em 31 de dezembro de 2012).

c) Ações trabalhistas

Diversas ações trabalhistas, no montante aproximado de R\$ 213.061, para as quais a Companhia e suas controladas mantem depositado judicialmente o valor de R\$ 96.833 (R\$ 6.808 em 31 de dezembro de 2012), substancialmente representadas por verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio. Baseada na opinião dos consultores jurídicos, a Administração da Companhia e suas controladas decidiu por constituir provisão para as ações avaliadas como perda provável, no montante de R\$ 144.621 (R\$ 1.231 em 31 de dezembro de 2012).

As controladas tem ações nas esferas administrativas e judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Tributárias	<b>424.539</b>	134.991
Cíveis	<b>88.727</b>	36.929
Trabalhistas	<b>114.553</b>	36.584
	<b>627.819</b>	190.812

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 24. Operações descontinuadas (Consolidado)

Em novembro de 2012 foram alienados os investimentos da Sorocaba Refrescos S.A e SRSA Participações Ltda. gerando um resultado de R\$ 46.795 líquido de imposto de renda.

<u>Lucro do exercício das operações descontinuadas</u>	
Receita da venda	145.000
Receitas financeiras	1.946
Outras receitas	8
Total	<u>146.954</u>
Alienação do ágio	(30.481)
Custo na alienação de investimentos	(33.967)
Outras despesas	(6.653)
Lucro antes dos impostos	<u>75.853</u>
Imposto de renda e contribuição social atribuível	<u>(29.058)</u>
Lucro do exercício das operações descontinuadas	<u><u>46.795</u></u>

<u>Fluxo de caixa das operações descontinuadas</u>	
Ajustes para reconciliar o lucro do período com o caixa aplicado	
Valor residual na alienação de investimentos	(82.506)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Receita na alienação de investimentos	120.334
Juros recebidos na alienação de investimentos	1.946
Dividendos recebidos	1.647
Empréstimos a partes relacionadas	8
Fluxo de caixa líquido das operações descontinuadas	<u>41.429</u>

<u>Transações que não afetaram o caixa e equivalentes a caixa</u>	
Escrow (valor retido a receber na venda)	24.666

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 25. Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social é composto por 396.243.557 (250.255.148 em 2012) ações nominativas ordinárias, todas sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Em 31 de dezembro de 2013:

Acionista	Ações (em milhares)			Percentual no Capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Totais	Votante	Participação
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	37.643	-	37.643	9,5	9,5
Forsab Investments (Proprietary) Limited	94.164	-	94.164	23,76%	23,76%
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	28.274	-	28.274	7,14%	7,14%
Holdco 0 Participações S.A.	198.518	-	198.518	50,10%	50,10%
Calila Investimentos S.A.	37.643	-	37.643	9,50%	9,50%
	<b>396.242</b>	<b>-</b>	<b>396.242</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Em 31 de dezembro de 2012:

Acionista	Ações (em milhares)			Percentual no Capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Totais	Votante	Participação
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	128.099	-	128.099	60%	51,19%
Forsab Investments (Proprietary) Limited	85.399	8.482	93.881	40%	37,51%
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	-	28.275	28.275	-	11,30%
	<b>213.498</b>	<b>36.757</b>	<b>250.255</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de junho de 2013 e 03 de julho de 2013 os acionistas deliberaram:

- (i) a Forsab Investments (Proprietary) Limited aumentou o capital da Companhia em R\$ 143 mediante a emissão de 282.853 ações ordinárias sem valor nominal;
- (ii) a conversão das 36.757.250 ações preferenciais em ações ordinárias sem valor nominal;
- (iii) a Refrigerantes do Noroeste Participações S.A., aumentou o capital da Companhia em R\$ 53.623 sendo R\$ 22.175 destinados a conta de capital e R\$ 31.448 a conta reserva de capital, com a emissão de 8.803.407 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
- (iv) a TJ Participações S.A., aumentou o capital da Companhia em R\$ 206.131 mediante a emissão de 94.902.455 ações ordinárias sem valor nominal, representando 67.061.501 ações da Solar.BR Participações S.A.;
- (v) a Calila Investimentos S.A. aumentou o capital da Companhia em R\$ 91.224 mediante a emissão de 41.999.694 ações ordinárias sem valor nominal, representando 26.678.499 ações da Solar.BR Participações S.A.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 25. Patrimônio líquido--Continuação

#### (b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, como previsto na Lei 6.404/76. A administração consignou nas demonstrações financeiras os dividendos a pagar no montante de R\$ 38.766 (R\$ 45.621 em 31 de dezembro de 2012) conforme demonstrado abaixo:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Lucro do exercício	<u>1.062.417</u>	192.087
Reserva legal – 5%	<u>(53.121)</u>	(9.604)
Base de dividendos	<u>1.009.296</u>	<u>182.483</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<b>252.324</b>	45.621
(-) Exclusão da mais valia de investimentos	<b>(213.558)</b>	-
Dividendos propostos	<u>38.766</u>	<u>45.621</u>
Quantidade de ações – Em milhares	<u>396.242</u>	<u>250.255</u>
Dividendos por lote de mil ações – R\$	<u>97,83</u>	<u>182</u>

Para o exercício de 2013, devido a mais valia registrada no resultado do exercício no valor de R\$ 899.123, o valor calculado de 25% é muito maior do que a capacidade financeira atual da Companhia. Dessa forma, os acionistas decidiram destinar dividendos desconsiderando esta mais valia que não tem efeito caixa e a destinação do montante de R\$ 213.558 foi lançado na conta de reserva de lucros a realizar de acordo com o art. 197 da Lei no. 11.638, de 28 de dezembro de 2007.

Durante o exercício foram pagos dividendos referente à reserva de lucros e lucros intermediários de 2013, no valor de R\$ 217.125 conforme segue:

- i) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de fevereiro de 2013 os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 87.735 referentes aos lucros do exercício de 2012, valor este ratificado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2013. O valor de R\$ 42.078 foi adicional ao mínimo obrigatório provisionado naquele exercício.
- ii) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2013 os acionistas deliberaram a distribuição de dividendos no montante de R\$ 175.047.

Dos montantes declarados acima, o valor de R\$ 53.766 foi utilizado para aumento de capital na Companhia e o valor de R\$ 24.666 foi pago através de cessão de crédito (Nota 8).

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 25. Patrimônio líquido--Continuação

(c) Ajuste reserva legal e para investimento

A Reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O valor constituído em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 53.121 (R\$ 9.604 em 31 de dezembro de 2012).

A administração da Companhia propôs a constituição de reserva de retenção de lucros pelo saldo remanescente de lucros acumulados, no montante de R\$ 1.307.022 (R\$ 136.862 em 31 de dezembro de 2012) com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

### 26. Receita líquida (Consolidado)

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Receita bruta da venda de produtos	<b>3.328.795</b>	1.542.747
Imposto sobre Produto Industrializado – IPI	<b>(83.920)</b>	(59.861)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	<b>(450.536)</b>	(181.689)
Programa de Integração Social - PIS	<b>(33.621)</b>	(19.198)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	<b>(180.850)</b>	(87.107)
	<b><u>2.579.868</u></b>	<b><u>1.194.892</u></b>

### 27. Despesas com vendas (Consolidado)

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Despesas com vendas	<b>(106.169)</b>	(5.223)
Despesas com marketing	<b>(47.500)</b>	(11.787)
Despesas distribuição	<b>(156.474)</b>	(11.559)
	<b><u>(310.143)</u></b>	<b><u>(28.569)</u></b>

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 28. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Serviços de pessoas jurídicas	<b>(3.854)</b>	(1.689)	<b>(58.221)</b>	(28.233)
Despesas com pessoal e encargos	-	-	<b>(142.591)</b>	(136.921)
Despesas de depreciação/amortização	-	-	<b>(27.016)</b>	(28.953)
Despesas com viagens	<b>(15)</b>	(43)	<b>(1.474)</b>	(3.302)
Reparos de bens e conservação	-	-	<b>(51.055)</b>	(14.433)
Despesas com veículos	-	-	<b>(3.045)</b>	(3.999)
Honorários dos administradores	-	-	<b>(7.868)</b>	(15.664)
Serviço de terceiros	-	-	<b>(2.749)</b>	(5.229)
Aquisição de combustível	-	-	<b>(5.012)</b>	(9.334)
Aluguel	-	-	<b>(7.530)</b>	(3.996)
Outras despesas	<b>(26)</b>	(116)	<b>(22.460)</b>	(20.670)
	<b>(3.895)</b>	(1.848)	<b>(329.021)</b>	(270.736)

### 29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Juros recebidos de mora	-	-	<b>4.168</b>	1.050
Rendimentos de aplicações financeiras	<b>327</b>	385	<b>23.187</b>	23.969
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	-	<b>1.330</b>	-
Ajuste a valor presente	-	-	<b>756</b>	-
Outros	-	13	<b>2.980</b>	3.206
	<b>327</b>	398	<b>32.421</b>	28.225
Despesas financeiras				
Atualização de passivos			<b>(3.349)</b>	(1.795)
Juros sobre empréstimos e financiamentos			<b>(81.458)</b>	(62.055)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos			<b>(17.590)</b>	-
Juros sobre arrendamento mercantil			<b>(9.629)</b>	-
Despesas de tarifas bancárias			<b>(3.897)</b>	-
Outras	<b>(68)</b>	(104)	<b>(11.505)</b>	(1.585)
	<b>(68)</b>	(104)	<b>(127.428)</b>	(65.435)
Variações monetárias e cambiais				
			<b>(3.601)</b>	(181)
	<b>259</b>	294	<b>(98.608)</b>	(37.391)

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **30. Compromissos (Consolidado)**

#### **Compromissos de arrendamento mercantil operacional – Norsa e Refrescos Guararapes Ltda. como arrendatária**

As empresas contrataram arrendamentos comerciais para determinados veículos motores e maquinários. Esses arrendamentos têm vida média entre três e seis anos, sem previsão contratual para opção de renovação. A contratação desses arrendamentos não sujeita as empresas a restrições.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro estão demonstrados na Nota 15.

#### **Arrendamento mercantil financeiro e compromissos de arrendamento**

As controladas Norsa e Refrescos Guararapes Ltda contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para caminhões. Estes arrendamentos possuem prazos determinados de 06 anos, e contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. O exercício da opção de compra fica à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, estão demonstrados na Nota 15.

#### **Compromissos advindos da aquisição de ativos imobilizados**

Em 31 de dezembro de 2013, as controladas da Solar.BR tinham compromissos de R\$ 131.113, incluindo R\$ 44.004 de Máquinas e equipamentos, R\$ 25.716 de Congeladores, R\$ 34.322 de Edificações e R\$ 27.072 relativos a outros.

#### **Garantias**

A Companhia e suas controladas forneceram garantias em 31 de dezembro de 2013, conforme divulgado nas Notas 6, 14 e 22.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos e contas a pagar a fornecedores e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. As controladas possuem contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Norsa contrata operações de derivativos.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, bem como, conta com o suporte de um comitê de Auditoria, Finanças e Governança (AF&G) o qual presta apoio ao Conselho de Administração no suporte a tomada de decisões relacionadas a operações financeiras.

As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e seus riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco. Todas as operações com derivativos têm como objetivo exclusivo minimizar flutuações nos custos de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura das controladas. Em paralelo, as transações que envolvem operações de proteção no mercado de derivativos são regidas com base na política de administração de riscos aprovada pelo Conselho de Administração. A política de gestão de riscos impede a Companhia e sua controlada de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

#### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, obrigações com arrendamento mercantil, e instrumentos financeiros derivativos.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de mercado--Continuação

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2013.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos financeiros derivativos e instrumentos de dívida disponíveis para venda.
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2013.

#### Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Atualmente 60,17% dos empréstimos e impostos devidos das controladas são indexados e estão sujeitos a taxas fixas de juros.

#### Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia e sua controlada antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação
<b>2013</b>		
Reais	+20	(13.650)
Reais	-20	13.650

A movimentação presumida em percentual para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2013 a empresa não tinha nenhuma operação ativa nem passiva indexada ao dólar, logo o impacto é nulo no balanço.

#### Risco de preço de commodities

As controladas Nordeste Refrigerantes S.A., Companhia Maranhense de Refrigerantes e Refrescos Guararapes Ltda. são afetadas pela volatilidade do preço do açúcar. Devido as relevantes variações observadas no preço desta commodity, o Conselho de Administração desenvolveu e implantou uma política de gestão de risco para acompanhar os seus preços, visando mitigar esse risco.

Com base na previsão do fornecimento deste insumo e nas análises do preço atual e tendências futuras, as controladas mantém cobertura para alguns preços de compra mediante contratos a termo.

#### Sensibilidade a preços de commodities

A tabela abaixo apresenta o efeito das variações de preço do açúcar após o impacto da contabilização de hedge.

	Varição no	Efeito no lucro antes da
	Preço no final do exercício	tributação
<b>2013</b>		
Reais	+15%	(33.593)
Reais	-15%	33.593

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

## **Renosa Participações S.A. e Consolidado**

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### **31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**

#### **Contas a receber**

O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada no escritório central, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos e análise do histórico do cliente e de sua reputação no mercado. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência e as entregas para os distribuidores autorizados costumam ter garantias reais.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

#### **Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia e suas controladas ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 é o valor registrado como demonstrado na Nota 5, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima das controladas em relação às garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos está apresentada na Nota 15 e 19.

#### **Risco de liquidez**

A Companhia e suas controladas acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

O percentual da dívida de curto prazo em 31 de dezembro de 2013 era de 28% com base no valor registrado dos empréstimos e financiamentos refletidos nas demonstrações financeiras.

## Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras -- Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012  
(Em milhares de reais)

### 31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### Gestão do capital social

O capital social é dividido exclusivamente em ações ordinárias, pertencentes a três acionistas, representados por pessoas jurídicas.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

### 32. Cobertura de seguros (Consolidado)

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos, conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor. As coberturas de seguros, por eventos independentes, para cobrir eventuais sinistros em 31 de dezembro de 2013, estão resumidas a seguir:

<b>Coberturas</b>	<b>R\$</b>
Empresarial (a)	<b>1.121.115</b>
Responsabilidade civil geral (b)	<b>30.000</b>
Transporte de cargas (c)	<b>1.000</b>
Danos materiais e corporais	<b>4.693</b>
Responsabilidade civil para administradores	<b>20.000</b>
Lucros cessantes	<b>120.000</b>
Riscos diversos	<b>1.730</b>
	<b><u>1.298.538</u></b>

(a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos e furtos qualificados.

(b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente, em sentença judicial transitada em julgada.

(c) Cobertura de danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.